

FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

RUTZ, ÉVELIN¹; ROCHA, DEISE²; FELDKERCHER, NADIANE³; HYPOLITO, ÁLVARO MOREIRA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – *evelinrutz2011@hotmail.com*

²Universidade Federal de Pelotas – *deise.rocha@hotmail.com*

³Universidade do Oeste de Santa Catarina – *nadianef@gmail.com*

⁴Universidade Federal de Pelotas – *alvaro.hypolito@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Reorganização Gerencialista na Escola: Gestão, Currículo e Trabalho Docente”, vinculado ao grupo de pesquisa “Gestão, Currículo e Políticas Educativas”, da Universidade Federal de Pelotas. Nesse estudo, temos como objetivo analisar os fatores que podem afetar/influenciar nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2013, dos anos iniciais da cidade de Pelotas¹.

O IDEB é considerado uma política de avaliação educacional brasileira e foi criado em 2007. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)- para as unidades da federação e para o país -, e a Prova Brasil- para os municípios. O resultado final do IDEB reúne estes dados em um só indicador e é observado/comparado juntamente com a meta já projetada para cada escola.

Soares e Xavier (2013) expressam a frequência com que a nota atingida no IDEB é utilizada como único indicador de avaliação da qualidade da educação brasileira, desconsiderando o processo de ensino, de gestão, de aprendizagem e o trajeto escolar dos alunos. Assim, como teste padronizado, não leva em consideração as diversas condições dos alunos e da escola. A partir das arguições apontadas, pensando na avaliação que é realizada apenas pelos processos de ensino e gestão, iremos analisar quais os outros fatores que podem estar afetando os resultados do IDEB.

2. METODOLOGIA

Para este trabalho, realizamos uma busca no site do Inep², com dados disponíveis das escolas municipais e estaduais (anos iniciais) do município de Pelotas, referente ao ano de 2013. Coletamos as seguintes informações: complexidade da gestão escolar (número de alunos matriculados, turmas, indicador de nível socioeconômico- NSE, modalidades/etapas oferecidas), participação na Prova Brasil (total de alunos, idade média, percentual de não aprovados, percentual de incluídos) e IDEB/Meta. Foram selecionadas, então, duas escolas, sendo uma com maior e outra com menor resultado de desempenho no IDEB.

¹ Pelotas é uma cidade da região sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e possui uma população de 327.778 habitantes. Maiores informações no site <<http://www.pelotas.com.br/>>.

² Mais informações em <debescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>.

A escola com o IDEB 6,3, identificada como escola A, é municipal. A escola com o IDEB 2,7, identificada como escola B, é estadual. Ambas estão localizadas na zona urbana de Pelotas. A escola A está localizada em uma avenida, possui 633 alunos e foi caracterizada pelo NSE Médio Alto (5). A escola B está localizada em uma avenida, possui 209 alunos e foi caracterizada pelo NSE Médio (4).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do IDEB apresentados neste trabalho são dos anos iniciais, obtidos no ano de 2013. A escola A teve resultado do IDEB de 6,3 e sua meta era de 5,1. A escola B o IDEB foi de 2,7 e a Meta de 3,9. A seguir, elucidamos alguns fatores que podem estar influenciando nos resultados.

Todas as escolas públicas brasileiras com pelo menos 20 estudantes matriculados na quarta e oitava série (quinto e nono ano) do Ensino Fundamental participam da avaliação Prova Brasil. Este número de alunos exigidos para realizar a Prova Brasil é um fator preocupante, por indicar uma limitação na representatividade dos alunos da turma avaliada, podendo apenas os com melhor empenho realizá-la (SOARES; XAVIER, 2013). Ivo e Hypolito (2015) relatam que os resultados do IDEB podem ser mascarados através de treinamento dos alunos para a realização da Prova Brasil, por intermédio de provas simuladas e da pré-seleção de alunos para a realização da prova, por esses motivos o número de alunos que fazem a prova é preocupante.

O estudo dos casos permitiu-nos verificar que a escola A possuía 22 alunos matriculados na quarta série (quinto ano), em 2013 e destes alunos 21 realizaram a prova. Já na escola B havia 34 alunos matriculados na quarta série (quinto ano) no ano de 2013, destes alunos somente 17 realizaram a prova.

Esses dados permitem-nos entender que possivelmente na escola A, condicionada a uma série de fatores que lhes favorecem não há evidências de possível não-representatividade da realidade da escola. Diferentemente da escola B, no dia em que foi aplicada a Prova Brasil, apenas 17 alunos, 50% dos alunos matriculados, realizaram a avaliação.

Além disso, a condição que o aluno se encontra ao realizar a prova - como fome, cansaço, maus tratos, entre outros fatores (fatores revelados como realidade do público atendido pela escola B)-, pode estar afetando o aluno ao realizar a prova. Por entender que o empenho dos alunos esteja ligado a questões socioeconômicas os autores Duarte (2013), Carreira e Pinto (2007) revelam o efeito da pobreza, como negativos para o desempenho no IDEB.

A região em que a escola está situada também é um fator preocupante e que pode interferir no resultado do IDEB. As escolas analisadas estão localizadas em áreas diferentes, ambas se encontram em bairros, de acessibilidade (transportes), ruas e populações diferenciadas. Esse contexto diversificado que contorna essas escolas de Pelotas – bem como a situação social de qualquer outra escola do Brasil avaliada pelo INEP – não é um fator levado em consideração para a realização das provas e consequente resultados do IDEB.

Ainda, para nossas análises, buscamos conhecer o Nível socioeconômico (NSE) das famílias dessas duas escolas³. Segundo Alves, Soares e Xavier (2014), o “Nível socioeconômico é um construto latente, ou seja, não diretamente observável, e que sintetiza unidimensionalmente a relação entre a escolaridade, a

³ Para um maior aprofundamento sobre a relação entre o nível socioeconômico e o IDEB de 2013 das escolas nos anos iniciais de Pelotas consultar RUTZ; CASAGRANDE; FELDKERCHER e HYPOLITO, 2016.

ocupação e a renda das famílias” (p. 675). Considera-se que o NSE é determinante para o processo educativo, e logo influenciará nos possíveis resultados a serem obtidos em avaliações de aprendizagens. O NSE, conforme desenvolvido pelos autores, é representado por um valor numérico, separado em sete níveis qualitativos, a saber: Mais Baixo (1), Baixo (2), Médio baixo (3), Médio (4), Médio Alto (5), Alto (6) e Mais Alto (7). Na análise do NSE da escola A e da Escola B, verificamos as seguintes classificações:

Escola A: NSE Médio Alto, pois, os alunos informaram possuir um nível alto de bens elementares (3 quartos e 3 banheiros), bens complementares (DVD, máquina de lavar, computador, internet), bens suplementares (freezer, telefones fixos, TV a cabo, 2 carros). Ademais, as famílias desses alunos não contam com contratação de mensalista ou diarista; têm renda familiar acima de 7 salários mínimos e os pais concluíram a graduação (MEC, INEP, 2014). Esta escola está localizada em um bairro com fácil acesso e com condições melhores tanto dos alunos como da escola.

Já a escola B tem como resultado a característica do NSE Médio, porque apresenta os seguintes resultados: os alunos responderam que possuem em casa um número maior de bens elementares (3 quartos e 2 banheiros); assim como bens suplementares e complementares de 1 ou 2 telefones fixos, carro, TV cabo, aspirador de pó; não há contratação de mensalista ou diarista; a renda familiar equivale entre 5 e 7 salários mínimos; e pai e mãe completaram Ensino Médio (MEC, INEP, 2014).

Observamos que o NSE das duas escolas são diferentes. Os alunos da escola A possuem bens elementares, suplementares, renda familiar e escolaridade dos pais maior que a escola B. Verificamos que a renda familiar das duas escolas equivale a características muito próximas. Com relação aos estudos dos familiares, na escola A os pais possuem graduação e na escola B completaram apenas o Ensino Médio. Entendemos que esses fatores, de alguma maneira, podem afetar os resultados do IDEB.

Alves e Soares (2013) relatam que um dos deveres da escola é a infraestrutura e complexidade, pois para os alunos "terem seu direito educacional atendido, aqueles que trazem menos de casa precisam de escolas com melhor infraestrutura e mais focadas em suas necessidades de aprendizado". Para os autores o impacto da complexidade da escola, indica "que as escolas mais complexas - ou seja, os estabelecimentos maiores e que atendem a mais níveis e modalidades de ensino - implicam complicações adicionais para as escolas atingirem um IDEB mais alto". Os apontamentos desses autores podem estar se refletindo também nas duas escolas Pelotenses analisadas.

4. CONCLUSÕES

Nesse trabalho objetivamos analisar alguns fatores que podem estar influenciando nos resultados do IDEB do ano de 2013, dos anos iniciais da cidade de Pelotas. Na prévia análise realizada com as escolas de menor e de maior IDEB levantamos alguns questionamentos sobre a realização e os resultados da Prova Brasil. Entendemos que a condição do aluno, a sua região, a localização e o acesso à escola, o NSE da família, o grau de formação dos pais, a infraestrutura e a complexidade da escola podem ser fatores que influenciam nesses resultados da avaliação.

Assim identificamos limitações nessa forma de avaliação e consideramos que não é apenas um número que irá representar uma escola. Há outros fatores

que influenciam esta avaliação que não são considerados ou levados em conta para um diagnóstico final.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.** [online]. 2013, v.39, n.1, p.177-194.

ALVES, M.T.G.; SOARES, J.F.; XAVIER, F.P. **Índice do Nível Socioeconômico (NSE) das Escolas de Educação Básica Brasileiras**: Banco de Dados - versão 3. Belo Horizonte: Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede); Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

BRASIL. INEP. **Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**.2017. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.

CARREIRA, D.; PINTO, J.M.R. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

DUARTE, N. S. O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** [online]. 2013, v.94, n.237, p. 343-363.

IVO, A. A.; HYPOLITO, Á. M. Gestão educacional e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica da rede municipal de ensino de Santa Maria-Rio Grande do Sul. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 163-192, maio/ago. 2015.

RUTZ, É.; CASAGRANDA, E.; FELDKERCHER,N.; HYPOLITO, Á. M. Relação entre o nível socioeconômico e o IDEB de escolas nos anos iniciais de Pelotas. Disponível em: **Anais** do IX Simpósio Nacional de Educação e no III Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores. Frederico Westphalen: URI, 2016. p. 1-12.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul.-set. 2013.